

UMA TRADUÇÃO E AS SUAS CIRCUNSTÂNCIAS

MARLISE MEYER

Unicamp

A circunstância

Fins dos anos 1950. Defesa da tese de doutoramento, o que facilitará passar do cargo de auxiliar de ensino ao de “professor assistente doutor” na então cadeira de Língua e Literatura francesa, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, onde reina, monarca absoluto, o professor Alfred Bonzon. A tese: *La convention dans le théâtre d'amour de Marivaux*. Em francês, como era a regra, como em italiano a tese para a cadeira de italiano, em alemão para a de alemão. “O vínculo das letras”. Tempos em que arguidores e arguidos envergavam solene beca negra distribuídas pelo Seu Carlos, da portaria da Maria Antonia. E num reforço da seriedade que emanava da beca, a candidata, afluíssima como de praxe, ainda puxara o cabelo prendendo-o num coque postiço. Banca, temível: os professores Antonio Candido, Ruy Coelho, Bettarello, Aubreton (que me rebaixou a nota por erros de francês) e o orientador, Prof. Bonzon. Público de família e amigos, lembro-me de Fernando Novaes e de Fernando Henrique.

Já conheço o desfecho inusitado do ritual: pedir afastamento, sem vencimentos, arrumar as malas e zarpar de navio com o filho pequeno, direção: Pádua, Itália. Por um tempo que as futuras circunstâncias políticas tornarão ainda mais indeterminado. Lá, já me espera há meses, o marido físico, aluno de Mário Schemberg, Marcello Damy, Gleb Wataghin, Jaime Tiomno e outros. Recomendado pelo querido professor Wataghin, trabalha no Instituto de Física da Universidade de Padova, no Canton del Gallo. O marido integra com outros colegas da USP o primeiro batalhão de físicos que irão buscar lá fora o que a instituição aqui custava a oferecer. Um batalhão que, dentro em breve, golpes militares e sucessivos AI irão engrossar.

Na Itália, prolonga-se a tese, estudo Goldoni e Commedia dell'Arte, perambulo por Pádua, apodero-me de uma cotidiana Veneza, circulo de “corriera” pelo Vêneto, que se incorpora definitivamente ao meu imaginário. Assisto a um Ruzante “padovano” em Ferrara, sonho no Teatro Olímpico de Vicenza e com Romeu e Julieta em Verona. Foi um deslumbramento contínuo, ainda que travado pela melancolia do trabalho interrompido na minha universidade. Os mesmos sentimentos misturados me perseguirão em Paris, para onde embarcamos meses depois. Destino: o Centro de energia atômica em Saclay. De Saclay sairão muitos empregos – salvaguarda para sucessivas levas de brasileiros expulsos pela ditadura.

Já não é aquela vida despreocupada de anos atrás, bolsista para preparar o Marivaux, em que se alternavam “flâneries”, pesquisa na bibliothèque de l'Arsenal

em frente da Île St. Louis, Cinémathèque Française com outros bolsistas amigos (Aluísio Magalhães, Leda Lacerda, Carlos Lyra, Radah Abramo, Maurício Segall...), todos a correr atrás de Paulo Emilio e Plínio Süssekind. Sessões prolongadas no café de Tournon, também pouso de Jimmy, um jovem escritor americano negro, mais tarde célebre com o nome de James Baldwin. No Tournon de Monsieur e Madame Alazard e seu cachorro, Aluisio chorava de amores contrariados, pedindo no seu indefectível sotaque pernambucano: “madããmi, encorre un Bójólê...”.

Agora, o cotidiano está bem mais difícil. Bolsa não há mais. E era pesado o clima: guerra de independência da Argélia, Algérie française, tortura no exército, chegada em massa dos “pieds-noirs”, atentados contra o presidente, muçulmanos despejados no Seine, matanças no Metro, soldados com metralhadoras nas ruas de Paris que nos inspecionavam os carros, irredutíveis dissensões internas. (Nada naqueles momentos bravos nos permitia nem em sonhos imaginar que lá adiante estaria a glória do Mai 68.)

Em casa, a família aumenta, o que me impede sair – empregada não há – e reforça o sentimento do ócio profissional forçado. Mas haverá a compensação das férias em que volto ao Brasil, reassumo o cargo e ensino na USP: Racine, Molière, Marivaux, Balzac...

Começa a etapa da procura de traduções, o que teria a vantagem de me permitir trabalhar “em” domicílio. Conheço um grande editor da época, Alex Gralle, que me desencoraja: explica-me que a única tradução rentável (e aumentar a renda da família não era fator desprezível) era a de romances policiais. Mas para isso haveria a tarefa quase impossível de ser aceita pela máfia.

O mesmo Gralle me telefona animado, tempos depois. Uma editora, a tradicional Calmann-Lévy, quer traduzir um livro brasileiro, cujo maior mérito parece estar na sua ligação com Georges Bernanos.

Lá vou eu naquele prédio antigo no fundo de uma “cour”, ao lado da Opéra de Paris. E travo conhecimento com um livro do qual nunca ouvira falar: *Minha vida de menina, cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX*.

Aceito a proposta, é claro. Deve-se ter assinado um contrato, do qual não encontrei o menor vestígio – a desordem das sucessivas mudanças – nem conservo a menor lembrança.

A circunstância Bernanos

Pelo jeito, o que motivava a Calmann-Lévy era mesmo o fator Georges Bernanos e sua carta em papel timbrado do Pax Hotel na praia do Russel, datada de 20 de maio de 1945. Ano do fim da guerra e da sua partida para uma França da qual Bernanos está afastado desde 1940. Eu me lembrava vagamente de sua presença no Brasil, durante a guerra, das reações que provocavam seus escritos esbravejantes. Contaram-me que Bernanos deixara a França com a família, uma penca de filhos, indignado com o tratado de Munich, que julgara uma covardia. Viera dar com os costados no Paraguai, daí a Pirapora, no Brasil e, finalmente, num sítio em Cruz das Almas, perto de Barbacena. *La Croix des Âmes*. Era de lá que assinava os polêmicos artigos na imprensa brasileira, que falavam de sua ira de grande patriota e

católico militante. Diziam que fora o próprio General de Gaulle quem lhe pedira que regressasse à França quando terminou a guerra.

Alguns romances de Bernanos foram reeditados no Rio pela Atlântica Editora, se não me engano, depois Améric-Edit, que haviam se especializado em republicar textos literários franceses. Obra benemerita naquela época em que a gente bem formada brasileira continuava a se moldar pela França, que a guerra tornara inacessível, tanto quanto seus livreiros e livros. Entre eles, em 1943, *Monsieur Ouine*, do qual Antonio Candido fizera uma bela resenha, no seu rodapé semanal da *Folha de S. Paulo*, onde era “crítico titular”.¹

Mas voltemos ao Bernanos apreciador de Helena Morley. Diz Alexandre Eulalio em 1976, no segundo dos artigos que escreveu sobre o diário: “Georges Bernanos, então vivendo no Brasil, foi um dos primeiros e mais percucientes leitores desses cadernos [...] Desde logo soube insistir na transcendência deles”.²

Mas tudo indica na carta, fac-similada na edição francesa, que Bernanos a escreveu em resposta a um envio recente do livro; naquele período em que se preparava para deixar o Brasil, ou seja, 1945. Não teria sido, portanto, “um dos primeiros leitores” – como sugere Alexandre Eulalio –, pois, afinal, o livro saiu em 1942. Quando Bernanos circulava entre Barbacena e o Rio de Janeiro onde fora visto frequentemente no Vermelho, escrevendo seus artigos, teria ele então sabido do livro sobre o qual só escreveria em 1945? O que me atira a curiosidade, brincando de detetive, é como se deu o contato dos Brant com Bernanos. Não parecem se ter conhecido. Imagino uma atitude às pressas: levar-lhe o livro, talvez com o conhecimento da partida do escritor, por recomendação de alguém... De qualquer forma, Bernanos não leu às pressas o diário da menina, soube lê-lo, apreciá-lo:

A senhora escreveu um desses livros que não devem nada à experiência, ao talento, mas tudo ao “ingenium”, ao gênio – [que] nos fazia ver e amar tudo aquilo que a sua autora viu e amou precisamente por ser soprado pelo puro gênio da adolescência, o mais próximo da ‘misteriosa’, encantada fonte da vida e da arte... É provável que a senhora ignore o valor daquilo que nos deu. Para mim, que o sinto tão profundamente, não saberia defini-lo. E cada vez que fecho o seu livro, convenço-me que seu segredo haverá sempre de me escapar. Mas pouco importa! É muito comovente pensar que a menina que a senhora foi, que o pequeno universo onde viveu não vão morrer nunca.

De todo jeito, há de se admirar a capacidade promocional de quem negociou a tradução francesa do diário. Pois a decisão do editor francês parece ter gravitado ao redor da carta de Bernanos que deve ter acompanhado o livro de Helena Morley – Alice Dayrell. Confesso que, pessoalmente, na época da tradução, não me preocupei com todas essas picuinhas que agora me ocorrem. Preocupavam-me, sim, o peso ainda dado a Bernanos pelo editor francês e minha ignorância a respeito.

¹ Antonio Candido, “Paixão dos valores”, in *Brigada ligeira*, Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2004, p. 101-9.

² Alexandre Eulalio, “A história natural de Helena Morley: *Minha vida de menina*”, in Carlos Augusto Calil, Maria Eugenia Boaventura (org.) *Livro involuntário*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1993, p. 37.

Conhecia alguns títulos – *Le journal d'un curé de campagne*, *Mouchette*, *Monsieur Ouine*, *Les grands cimetières sous la Lune*. Assisti, bem mais tarde, a belos filmes de Robert Bresson inspirados na sua obra. Mas na época (confesso que nem hoje), não lera nada dele. Será que, antes de traduzir o diário, eu deveria me enfronhar na obra de Bernanos?

Sosseguei logo, pois imediatamente sucumbi ao encanto das reminiscências mineiras. Não era preciso ler Bernanos para aprender a mergulhar no cotidiano de Helena e seus familiares, uma gente comum, a quem o olhar e a pena da menina escrevinhadora dava uns toques levemente hilários de exotismo, a que a autorizava sua alteridade de “inglezinha”.

Como não foi difícil concordar com a opinião sensível, aguçada, do escritor francês.

O difícil ia ser encontrar o tom certo para transcreever numa língua “engalanada” como era o francês, a falação escrita da mineirinha “que gosta de fazer duas coisas, “escrever e ler histórias”, contar “as coisas com a pena”.

Fui lendo e relendo...

Aos poucos, fui constituindo minha Diamantina interior que se aninhava ao lado da minha imaginada casinha branca do Vale do Paraíba que abrigava outra avó, dona Benta, sua neta Narizinho, que o primo Pedrinho lá da capital admirava por ser “tão inteligente, nem parece que é criada na roça”, jeitinho de Helena. Minha imaginação reconstruía a seu modo a igreja do Rosário, a chácara da avó, o largo da Cavallhada velha, o Beriberi, a Boa Vista, a rua Direita, o Jogo da Bola. Ouvia as tias inglesas, tão diferentes das tias da chácara, as respostas atrevidas de Helena, seus arrependimentos e façanhas, seu cansaço. O jeito de falar das meninas, dos professores, das negras da chácara, da Chichi Bombom, da Siá Ritinha, da tia Madge, do Pai inglês ou do negro Salomão. Como traduzir o cheiro do frango ao molho pardo ou do lombo assado com farofa, o ploc ploc – tal qual o marquês de Rabicó – de Helena chupando jaboticaba.

Aos poucos, começava essa mineiríssima gente a falar francês. Tudo falando francês e comendo feijão com farinha.

Quanto a mim, havia literalmente incorporado Helena. Ela, a avó, mais toda aquela gente, aquela geografia, passaram a fazer parte do meu cotidiano.

Lembro-me bem daquela época, tempo de trabalho, tempo doméstico, em que eu suspendia a escrita para cuidar do neném, buscar filho na escola, aprontar o jantar, aflita para retornar à minha Diamantina de papel que eu ia montando, onde se falava francês.

Finalmente o papel se transforma em livro. *Journal d'Helena Morley chez Calmann-Lévy éditeurs*, 3 rue Auber, Paris. A capa, metade branca – reproduzindo trecho de carta e assinatura de Bernanos – metade vermelha com o título em negrito preto. Imediatamente após a página de rosto, o fac-símile completo da carta de Bernanos.

E toca a esperar, aflita, os comentários daqueles críticos que eu não conhecia, mas aos quais, seguindo as instruções da editora, eu enviara livros com suas devidas dedicatórias. Devidas? Indevidas...

Semanas depois do lançamento, sou chamada lá naquele beco perto da Opéra, convocada pela “attachée de presse”, a organizadora da lista de críticos. Muito sem

graça, ela me diz que não esperasse muito da crítica parisiense, “*la seule qui compte*” – a única que vale. Motivo: ela fizera uma confusão e trocara endereços de muitos dos ilustres destinatários.

Vaidade “*oblige*”. E ergueu-se o muro do silêncio em torno do *Journal d’Helena Morley*. À parte uma de *Combat*, de Paris, elogiosa aliás, só vieram algumas resenhas da província, favoráveis. Geralmente, de jornais católicos. Operava sempre o chamariz Georges Bernanos. Mas, de um Bernanos lugar-comum, o católico, cuja carta, tão bonita e sensível, provavelmente não deveria ter sido lida pelos catolicíssimos leitores. Que talvez nem se tivessem dado conta do quanto o protestantismo dos herdeiros do doutor Dayrell continuava vivo.

Mas outra circunstância, muito feliz, apagou o desaponto.

Férias no Brasil. Rio de Janeiro. Como sempre, vou à Biblioteca Nacional. Fui ao cantinho ocupado pela *Revista do Livro* visitar meu amigo Alexandre Eulalio. Que naquela época, haveria de me apresentar ao ilustre xará – Augusto Meyer – com quem aprenderia “muitas verdades extraordinárias”, que me encorajou a escrever, “ainda que eu não saiba a teoria, do jeito que é o meu”. Alexandre me conta as novidades. Está preparando uma edição portuguesa do *Diário de Helena Morley* e se vale da tradução francesa e seu glossário (bem incompleto, percebo hoje). Eu pulo da cadeira: “Você sabe quem traduziu? Como teve acesso ao texto?” – Fora o Dr. Mario Brant quem lhe mostrara as provas, ainda sem nome do tradutor.

Esse encontro na Biblioteca Nacional teve imprevistas conseqüências.

Primeira, reforçou-me a construída identidade brasileira. O Alexandre Eulalio, encantado com a nossa inesperada relação comum com Diamantina, declarou-me prima dele, prima por Diamantina, e assim nos designávamos quando nos encontramos por longos anos a fio. (Veneza fez parte de nossa itinerante geografia).

E já para consolidar o parentesco, o primo mineiro propôs-me ir almoçar na casa da Alice Brant e do seu marido Dr. Augusto Mário. Foi um dos encontros mais extraordinários que tive, que me armou a maior atrapalhada na cabeça.

Era uma casa térrea se me lembro bem, muito grande, naquele estilo que chamavam mexicano, na Lagoa Rodrigo de Freitas, altura do corte de Cantagalo, da antiga pedreira. Fomos recebidos no jardim, por um senhor de idade, alto e elegante. Fui entrando, morta de timidez, ainda perturbada pela forte luz de fora, num *hall* meio escuro, onde havia muita gente. E veio nos cumprimentar uma senhora de cabelo muito branco, o que a gente imagina ser uma vó, vó de livro, um coque bem comportado, uma roupa muito discreta. Doutor Augusto Mário me apresentou, dizendo: olha, esta é Alice, a autora do diário.

Eu levei um susto; não conseguia me convencer da realidade...

Afinal, eu tinha passado um par de meses na familiaridade daquela gente de Diamantina. Introduzida por uma menina travessa que adorava a avó. E agora aquela senhora tão avó, não era a avó, mas era a menina travessa. Algo um pouco parecido como aquela “*matinée de la princesse de Guermantes*”, onde, por um laivo, o narrador acreditou-se num baile de máscaras.

No caso, se a máscara parece encobrir a mocidade de que nos lembramos, trata-se efetivamente de papéis trocados. A neta é a avó. Custei a me refazer da confusão. Apresentaram-me as filhas, dona Sarita, dona Ignez, e fomos almoçar.

Mesa enorme, retangular, os donos de casa nas respectivas cabeceiras. Lembro-me de início, de uma D. Alice silenciosa. Mais silenciosa era eu, ainda não bem refeita, custando a comer (um arroz tão mole...). Falou-se um pouco da tradução, mas não do editor. Não me lembro de ninguém ter mencionado Georges Bernanos. O assunto geral era Diamantina, seus acontecidos, seus causos.

Às tantas, a D. Alice contou alguma coisa. O marido interveio da outra ponta, espantado: “Alice, não é isso que você conta no seu livro, você pensava de outro jeito, não lembra?”. E a coitada da D. Alice, visivelmente, já, assim, cansadinha. Ela ficou meio sem graça e Dr. Augusto Mário insistindo: “Não é possível, você não pensava assim. O que foi mesmo, lembra o que você falou?”.

Era como se o Dr. Augusto Mário tivesse adivinhado minha confusão e queria reforçar que a dona Alice ali presente era mesmo a menina Helena de Diamantina. Eu fiquei ainda mais perturbada. Não sabia ainda que lá no futuro, em 1994, num congresso em Diamantina, uma das tônicas seria o presumido autoritarismo do marido de Helena para tudo que dissesse respeito ao diário da menina.

Com o tempo, a situação parisiense foi se modificando. Fiz ainda outra tradução para a Gallimard, *Viragem*, de Castro Soromenho.³ Finalmente, consegui o que mais desejava, voltar ao ensino. No Institut d’Études Portugaises et Brésiliennes, Literatura Brasileira, na Sorbonne. Área nova para mim, para a qual me preparei lendo, relendo, estudando o recém-publicado *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. Minha Bíblia até hoje.

Mas não me afastava de Minas, já que o primeiro dos cursos do programa oficial era Poetas Mineiros.

E, nas férias brasileiras, revezaram-se aulas de literatura francesa na USP e andanças mineiras, lendo poesia e percorrendo antigos itinerários. Em Ouro Preto, “passo uma formosa ponte, a segunda, a terceira” e alcanço a Casa dos Contos, um aceno comovido a Cláudio, subo e desço ladeiras e chego à então ainda em ruínas casa de Marília. Vou a Mariana, o ribeirão do Carmo, os sonetos, São João d’El Rey, a orquestra centenária e Barbara Heliadora, Tiradentes. Trajetos sempre recomeçados por anos a fio.

Mas Diamantina mesmo, as circunstâncias iam protelando nosso encontro e só cheguei lá depois de minha volta definitiva ao Brasil – fins dos anos 1970, quando já estava se desenhando a minha atual encarnação. E então, percebi o papel da remota tradução nessa reinvenção de mim. Tão acidentada quanto aquela inesperada chegada a uma Diamantina que não se entrega de imediato.

Há primeiro a travessia daqueles campos lunares entre as pedras eriçadas que lhe vedam o acesso. Paisagem de filme de *bang-bang*. Uma Diamantina que se descobre subitamente do alto – torres, campanários, velas, praças que vão se alcançando um por um, descendo ladeiras degradingolantes, que o pé-de-moleque do calçamento torna ainda mais inseguras.

³ Outra circunstância, que não ocorre agora relatar, levou-me muitos anos depois a traduzir *Raízes do Brasil* para o francês (ver Sérgio Buarque de Holanda, *Racines du Brésil*, Paris, Gallimard, 1998, 337p.).

Enquanto isso, a antiga Diamantina de papel foi se redesenhando – a memória vai trazendo de volta aqueles seus especialíssimos habitantes – e alcança-se o fundo do vale. Uma igreja. A igreja do Rosário dos Pretos.

E daí a procura. A chácara da vovó, aonde? Esse deve ser o largo da Cavalhada Velha e a casa da Helena, aonde? Ninguém sabe, até hoje. Cadê as meninas? As tias? Onde a casa de Tia Magda, protótipo daquelas *misses* inglesas educadoras que chegam ao Brasil, a qual quer habituar a sobrinha aos padrões de rigor, simplicidade da educação britânica inculcada por Samuel Smiles. Onde a Boa Vista onde o pai teima no esgotado garimpo, a Palha, o Jogo da Bola?

Um daqueles meninos guias, instruídos pelo Turismo local, me acompanha, me mostra e me conta, ao passo que eu lhe contava de Helena Morley e sua família, mal lembrados naquela cidade que ainda vibrava com a recente filmagem de *Chica da Silva*.

No largo do Rosário dos Pretos, em frente à chácara da vovó, perto da Cavalhada Velha, onde haviam morado a menina Helena Morley e sua família, vejo algo que o diário não havia mencionado e cuja história o menino guia me contou.

Naquele lugar, onde outrora os escravos dançavam seus batuques em dias festivos, ergue-se frondosa gameleira, cujo tronco se achava estranhamente atravessado por destroços de um cruzeiro de madeira. Diz a lenda que um escravo matara um branco aos pés do cruzeiro que antigamente se erguia no largo e foi então destruído. Sobre ele, e abraçando seus despojos, foi crescendo a gameleira. Gameleira, acrescento eu, árvore sagrada dos cultos africanos, o iroco...

Subitamente lembrei-me de minha relação familiar com Diamantina, decretada pelo “primo” Alexandre Eulalio, e enxerguei nessa árvore/cruzeiro um símbolo que fazia par com aquele que para mim representava dona Conceição de Poços de Caldas, que lá conheci na flor de seus oitenta anos, mãe de santo, mestra de Congo, fundadora da primeira escola de samba da cidade, que invocava numa só prece Xangô e Nosso Senhor Jesus Cristo.

Essa fusão de natureza e cultura, a árvore imbricada no cruzeiro ou vice-versa, dona Conceição em trajes de mãe de santo, encabeçando com Carlos Magno, vestido de veludo azul celeste, a procissão de São Benedito num 13 de maio em Poços de Caldas, onde ainda tinha sua casa de infância Mestre Antonio Candido, tudo isso me falava desse cadinho cultural que é o Brasil e sua mescla na qual eu me incluía. E emergiu de longe no tempo o vulto de uma “francesinha” assim chamada na rua Bela Cintra, São Paulo, que conversava com a “inglesinha” de Diamantina. Percebi então, ao ressuscitar Helena Morley em Diamantina e seus caminhos que, dentro de minha identidade de brasileira mista, tinha-se solidamente implantado Helena/Alice, que agora tornava a me falar português.

Em 1994, voltava a Diamantina, novamente sob a égide de Helena Morley. O convite para participar do encontro de comemoração dos cem anos de *Minha vida de menina* de Helena Morley deflagrou memórias e afetos. E revelou o quanto essa obra-prima da literatura memorialística e sua autora continuavam a despertar interesse. O quanto estimulam cada vez mais pesquisadores e críticos literários, que, além de sugestivas e novas leituras do diário tornado objeto de estudos, não deixaram de apontar problemas colocados nesses últimos anos, ao passo que

outras questões surgiam, suscitadas pelo próprio encontro, de modo até a interferir nas nossas cronometradas intervenções em mesas-redondas e debates previstos pelos organizadores.

Foi um encontro acadêmico *sui generis*. Reunia num espaço pequeno, que fazia arte do objeto de estudo, os habituais professores, especialistas, críticos, “*scholars*”, em princípio – só em princípio – cientificamente neutros, mais antigos e novos leitores, jovens, curiosos, e a FAMÍLIA. Nitidamente marcada por uma tensão, ainda que mineiramente pouco expansiva, cautelosa nos ataques e defesas.

Havia uma filha, D. Sarita, que reencontrei recentemente na estréia do encantador filme de Helena Solbegg, *Vida de menina*. Havia netos, sobrinhos, noras. Pude conversar com alguns, na mesa de debate ou passeando pela cidade. Houve uma senhora que veio me procurar para contar sua própria versão de fatos narrados e debatidos em público. Segredos de família...

Que julgávamos poder esclarecer, uma vez que estávamos na terra natal de Helena, num contato estreito com sua família próxima.

Já sujeito a reflexão: o próprio objeto da reunião. Comemoravam-se os cem anos dos “cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX”. Ou seja, não o centenário de um livro, mas de um diário manuscrito, cuja origem é contada pela autora.

“Em pequena meu pai me fez tomar o hábito de escrever o que sucedia comigo”. O resultado são aqueles “muitos cadernos e folhas avulsas de redações” a que se refere a autora em nota da primeira edição, onde escrevia “o que se passava em torno de mim e entre a nossa família, muito numerosa”. Escritos esses que “andaram anos e anos guardados, esquecidos”, até o momento em que Helena-avó se decidiu a “revê-los e ordená-los para os meus, principalmente minhas netas”.

A iniciativa de abrir a narrativa autobiográfica à publicação parece ter surgido numa etapa posterior e, de início, ter desagradado à involuntária escritora: “a idéia de um livro com que me conformei”.

A julgar por ela, foi simples a preparação do texto impresso: “Nesses escritos, nenhuma alteração foi feita, além de pequenos erros e substituições de alguns nomes, poucos, por motivos fáceis de compreender”.

Afirmção que no correr dos anos deixara muita gente em dúvida, assunto ainda polêmico, como se verificaria durante o encontro. Silêncios, óbvios cortes cronológicos, suspensão da narrativa, o abrupto da conclusão ficaram aticando ao longo dos anos a curiosidade dos leitores, que obviamente emergiu naquele ano em Diamantina.

Era como se a realidade palpável da cidade incitasse à busca da verdade verdadeira dos textos. Uma cobrança radical como aquela da verdade congelada no tempo que se exigiria de uma futura Alice Brant metamorfoseada em avó. Teimávamos em levantar o véu de um imaginado segredo de família que parecia encobrir tudo o que fora feito, desfeito, acrescentado, omitido. Pairava a suspeita de um grande vilão a que aludia Elizabeth Bishop no prefácio de sua tradução. E corriam soltas as fofocas que, pelo jeito, já circulavam há anos.

Dizia-se que o marido-primo, teria interferido de vários modos: cortando do diário o que lhe parecia inconveniente, expusesse demais a família. Proibindo ou ignorando os novos diários, que a mocinha, talvez teria continuado a escrever.

Dizia-se até – uma vez que o marido, diretor do Banco do Brasil já fora jornalista, humorista, dono de ótimo texto – que Augusto Mário não só teria corrigido e editado o texto, mas o teria redigido em grande parte.

Dizia-se ainda que fora a própria dona Alice que, evocando sua meninice, teria resolvido escrever o texto que mudaria então de estatuto: não mais um diário, mas “memórias”. Não uma vivência de escrita do e no dia-a-dia, mas uma retrospectiva do passado.

Foi provavelmente pensando nessas fofocas que Alexandre Eulalio em seu artigo de 1976 diz:

Imaginemos que o livro se tratasse de minuciosa falsificação literária e tivesse sido escrito, digamos, pela autora adulta – hipótese que qualquer leitor tem o direito de fazer, pago o preço da capa. Se assim fosse, estaríamos diante de um “caso” ainda mais extraordinário, pois esse era o parecer de Guimarães Rosa – não existiria em nenhuma outra literatura exemplo de mais literal *reconstrução* da infância. A hipótese de tal pasticho de gênio, ladeira tortuosa e íngreme, cremos deva ser alijada. Não resta senão, louvar a leveza da mão experiente que preparou para o prelo os velhos cadernos da mocinha sem deturpar em um nada o caráter genuíno deles.⁴

Estranhamente, não figuravam nenhum dos cadernos ou folhas manuscritos, nem nenhuma cópia do texto preparado para a impressão na pequena mostra que lembrava aos visitantes a vida em Diamantina nos tempos em que a menina Helena anotava dia após dia, “tudo o que pensa e tudo o que acontece”.

A invisibilidade desses documentos, a existência dos originais foram temas que despertaram as mais acaloradas discussões em Diamantina. Dona Sarita, obviamente, era a maior defensora do pai e afirmava não ter ele nunca interferido nos antigos escritos da mãe; dizia possuir os originais e disposta a mostrá-los para quem a fosse procurar no Rio. Não tinha muita informação sobre a preparação do texto para o prelo nem de quem se encarregara dela. Não me lembro se houve alguma referência a Georges Bermanos.

Dúvida maior: será que o diário de Helena se reduzira só àquela série bem ordenada, numa seqüência cronológica impecável, cobrindo exatos três anos? Da quinta-feira, 5 de janeiro de 1893, todo o ano de 1894, até a terça-feira do último dia do ano de 1895. Desembocando numa conclusão que não convence.

A anotação que encerra o ano e o livro foge do padrão de temporalidade a que vimos acostumados, e dá tanto charme ao livro: o registro do dia-a-dia, que nos mantém no fluxo de um presente que nos faz acompanhar o ramerrão cotidiano de Helena. É uma antecipação, a toque de caixa, da futura melhoria das condições da família, omitindo tudo que levou a ela, o que é contrário à índole da narradora.

⁴ Ver Alexandre Eulalio, “A história natural de Helena Morley: *Minha vida de menina*”, *op. cit.*, p.43: “Já o esboçou Aires da Mata Machado Filho, em *Linguística e Humanismo* (Petrópolis, 1974), ao abordar a problemática da língua familiar no Capítulo VII. *Aí, Minha Vida de Menina* é a obra que mais amiúde lhe serviu de texto, dando margem a iluminante exemplário do valor estilístico de diversos níveis de coloquialismo. Surpreendidos em situação pela autora na linguagem de todo dia, oferecem material dos mais ricos, que está a pedir, insiste Aires, estudo especial muito gratificante”.

Trata-se de confirmar uma anterior declaração de Helena, que ela retoma agora, no presente narrativo, sempre peremptória:

Agora não vamos sofrer mais faltas, graças a Deus.
Não é mesmo proteção de vovó lá do Céu?
E acaba o livro.

Um desfecho súbito, que deixa o futuro em aberto, mas não satisfaz nem nosso prazer de leitura, nem nossa curiosidade. Por mais que saibamos que a vida continua e que um diário não tem o epílogo de um romance, esse final não nos convence de que chegou a hora de nos despedirmos de Helena.

Fim do ano e fim do livro. Fim da meninice? Helena tem quinze anos. Teria sido uma data-limite para a menina-moça, que no seu pudor de adolescente se fechara em copas?

Será que naqueles momentos cruciais, morte da avó, melhoria de vida para uma família que já passara até fome, Helena não sentia mais necessidade de “conversar” com o caderno? O “confidente e amigo único”, cujas múltiplas funções como que se acham reunidas num episódio hilário, inquieto, decidido, honesto, impregnado de fé, que foi se desenrolando entre 25 e 27 de novembro de 1894, com desfecho narrado em 1º de dezembro. Uma história de broche de ouro com um buraco no meio, onde antes havia um brilhante, que a necessidade obrigara a mãe a vender. E que Helena, certa da cumplicidade de Nossa Senhora, com a qual também conversa, vai roubar, vender, porque precisa de um vestido novo. Não se trata de um relato retrospectivo, mas a exposição em vários dias, do desabrochar de uma idéia, sua justificativa, a procura de uma estratégia, de seu resultado feliz. Houve o vestido e a mãe não se zangou. Além de permitir desabafos, guardar segredos e “castelos”, contar casos, o diário, para Helena parece responder a uma sua compulsiva necessidade de confissão (influência do Padre Neves?). Afinal ninguém a obrigava a narrar esse feito, não muito católico. Que logo viria a público. Mas, o que se revela também na construção metódica de uma estratégia é o hábito protestante do livre-exame, herança do pai inglês. Vê-se bem o quanto o recurso ao caro diário parece imprescindível para a menina Helena.

E custa a crer que bruscamente ela teria desistido de recorrer a todo esse amparo que lhe oferecia, o repositório de sua malícia de observadora, de sua compaixão, de suas alegrias ou tristezas, e, chegada a hora, de suas novas emoções? O leitor que se apaixonou por Helena fica sem saber de seus amores, do seu destino.

Em 1986, aqueles que ainda se lembravam de Helena Morley e seus novos leitores poderiam saber um pouco mais sobre ela, graças às memórias, publicadas naquele ano, de Vera Brant, prima e freqüente hóspede da família.⁵

Ela nos lembra que a ex-Helena, com a vivacidade de sempre, nunca deixara de escrever, como prova a sua vasta correspondência dos tempos de exílio político do marido, a quem sempre acompanhou. E transcreve, guardando o tom morleysiano muitas histórias de família que, a seu pedido, lhe contava Alice Brant.

⁵ Vera Brant, *Ensolarando sombras*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1986, 175p.

Saberemos da história do seu noivado, em Diamantina, com o “primo que estudara no Rio”, da gente de tio Conrado, cuja rigorosa disciplina tanto enfastiava a menina... Será que Helena-Alice já pensava nele em setembro de 1894, quando as amigas buliam com ela “por que não queria ouvir falar em casamento, apesar de já estar com quatorze anos”... “mas se eu quero virar facão, (solteirona) que têm vocês com isso?”. Biela disse: “vocês não compreendem a Helena; ela quer se casar tanto como nós, mas é orgulhosa, quer peça fina... se lhe aparecesse um doutor, ela não mandaria para o bispo”. As outras disseram: “então ela que fique mamando no dedo. Doutor aqui não há; só se ela está esperando os primos que estão estudando no Rio...”⁶

Casou-se pois Helena com o primo doutor, e, diz Vera Brant, o casal sempre fora muito unido. Deus, portanto, ouviu os rogos de Helena: “será que quando eu me casar, vou gostar tanto de meu marido como mamãe de meu pai? Deus permita” (dia 26 de novembro de 1893).

E mais não sabemos.

Sentia-se em Diamantina 1994 algo de uma antiga frustração entre muitos que não concebiam que tivesse sido voluntário o silêncio de Helena depois de 31 de dezembro de 1895. Mas, afirmava dona Sarita: não havia outros cadernos depois dessa data.

Com todas essas desconfianças, acabou se colocando, para o constrangimento de muitos de nós, uma inesperada questão de ética. Provocada sem dúvida pela natureza heterogênea dos participantes do colóquio. Numa situação pouco banal em congressos acadêmicos, os pesquisadores que justificavam profissionalmente suas interrogações e a curiosidade “cobrativa” de parte do público se encontravam diretamente confrontados com a família, a quem podiam se dirigir sem as costumeiras mediações. Foram interpelações que, às vezes, no afã de desvendar-se o “segredo de família”, ultrapassavam não só os limites do privado, como o das boas maneiras.

Perpassava uma certa irritação. Custava-se a aceitar os direitos que se dá o privado de só contar o que quer, de ter feito o que bem entendera com o diário original, o qual afinal de contas era o objeto mítico da comemoração. O centenário de um objeto ambíguo, numa data arbitrária, por que 1894 e não 1893? Um manuscrito pouco acessível e discutido. Mas na hora em que esse se transformou em livro, e cai no domínio público, não temos o pleno direito de interrogar, contestar, cobrar critérios, suspeita? Quem nos garantia que os únicos cortes no manuscrito fossem aqueles que respondiam às exigências de um texto autobiográfico? Havia que preservar os vivos que poderiam se sentir atingidos. Respeitar a reserva da autora. Mas... e a censura do marido? E como havia ainda muitos vivos em Diamantina 94, afloravam velhos rancores e suscitavam-se novos: por exemplo, quando um pai, um tio, um primo, presenças vivas, tivessem, sem mais cuidados, seu comportamento severamente colocado em questão por “especialistas”, e isso, em público.

⁶ Helena Morley, *Minha vida de menina*, 17.ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1994, p.145.

Confundiram-se assim, intrincadamente enredados, o público e o privado. E as discussões se prolongavam no restaurante, no hotel...

Mas nem por isso deixaram-se de ouvir com a atenção devida belas comunicações, testemunhos, sugestões para novos trabalhos.

Entre essas, a de abordar a questão do próprio gênero diário, e situar o de Helena Morley na linha das pesquisas sobre escrita memorialística, autobiográfica e quejandos, coordenadas por Philippe Lejeune, o autor do *Pacto autobiográfico*, *Meu caro caderno* e outros. Ele acabara de publicar pela Seuil, Paris, *Le moi des demoiselles: enquête sur le journal de jeune fille*. São vários os pontos de contato entre o diário de Helena, inspirado por seu pai inglês e o das “demoiselles” francesas do século XIX. Como também, nítidas, as diferenças. Não ocorre me estender aqui a respeito, mas, nesta época em que tais estudos estão na crista da onda, acredito ser um caminho interessante a seguir. Não vi referência ao diário de Helena Morley na longa lista de comunicações apresentadas num recente congresso internacional sobre memorialística, ocorrido na USP (2004).

Eu talvez tenha sido demasiado atenta às críticas, às cobranças, às fofocas que circularam em Diamantina 94. Tão veementes ainda, após tantos anos da publicação, e tantas reedições de *Minha vida de menina*. Elas sem dúvida sinalizam às avessas o constante gosto pelo livro. O persistente encantamento pela menina e seu jeito de contar algo que ficou para trás, mas ainda hoje nos atinge profundamente. “Sem o saber, ao mesmo tempo que preservava o seu universo individual, ela resumia um pouco de todas as infâncias” diz tão bem Alexandre Eulalio.⁷ Nos envolvemos nessa escrita que sabe à adolescência, e, na verdade, queríamos mais. Onde cobraríamos de quem ao mesmo tempo que a abria para nós, público leitor, acirrava nossa curiosidade e vedava o que ainda faltava para satisfazê-la.

Quanto a mim, lamentei não ter visto o que esperava poder ver em Diamantina: a escrita de Helena num caderno que não fora passado a limpo. Seria uma letra aplicada bem entre as linhas, de aluna da Escola Normal, ou os garranchos apressados da impaciente menina, que não queria perder o fio ou tinha ainda que passar roupa? E como se distribuiria pela página? Com pausas, brancos, atropeladas? Outras perguntas ainda...

Eu procurava, na verdade, a materialização daquele ritmo, daquele jeito de Helena, que eu tentara outrora imaginar e não perder, na difícil passagem das línguas. Como transferir aquela vivacidade e expressividade de uma língua tranquilamente coloquial, “afetiva”,⁸ para outra, já cristalizada, que afugentava qualquer veledade de expansão, de excesso ou de natural singeleza?

E, nesta evocação dos diferentes tempos em que fui descobrindo e reencontrando Helena Morley, na verdade um encavalgamento de memórias, surge agora,

⁷ Alexandre Eulalio, “A história natural de Helena Morley: *Minha vida de menina*”, *op. cit.*, p.42.

⁸ “Semelhante texto, a que o domínio íntimo e sem realce da língua confere substância (confere forma) especial, não resta dúvida virá a fornecer matéria para um dos mais interessantes estudos de afetividade estilística do português do Brasil” (*idem, ibidem* p.38). A propósito, transcrevo nota de Alexandre Eulalio sobre esse trecho na nota 4 deste texto.

em 2006, a lembrança da tradutora, indo e vindo pela sala da avenue Daumesnil, testando em voz alta o resultado, nunca satisfatório, de seus esforços para levar o francês a Diamantina, antes que trazer Helena a Paris. A busca do tom adequado para traduzir as indignações da menina, sua rebeldia mitigada pelo bom humor, sua malícia e perspicácia, seu bom senso e seus “castelos”, seu não conformismo e sua fé, sua familiaridade com pobres e ricos, brancos, pretos e santos, o gosto do campo, a ternura, os frouxos de riso, o amor lúcido pelos seus. Seu feminismo *avant la lettre*, com sua aguda observação do comportamento das mulheres que a rodeiam, e particularmente o da mãe, feito de amor e resignação. Sua filosofia sem empáfia, singela e segura, de quem se sabe diferente. “É uma coisa exquisita esta vida. Ninguém sabe o que a gente é por dentro.”

Vou fazer quatorze anos e já raciocino mais do que todos da família. Comecei a tirar conclusões desde dez anos ou menos, eu penso. Eu juro que nunca vi uma pessoa da família de mamãe pensar nas coisas. Ouvem uma coisa e acreditam; e aquilo fica para o resto da vida. São todos felizes assim!. (quinta-feira, 26 de julho de 1894)

Tagarela e escrevinhadora contumaz, a menina se espanta do espanto da avó diante de sua facilidade em escrever. “Escrever o que conta pela boca não é muito custoso” (20 de dezembro de 1893). Muito custoso, digo eu, é traduzir, sem falsidade, a fala-escrita de Helena-Alice.

E fico grata ao editor francês que me permitiu, pela mediação de Georges Bernanos, penetrar no mundo encantado e pé no chão da menina Helena, que não era Helena, mas que era Alice.

Um mundo onde sempre retorno, e nele sempre redescubro novas riquezas.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2006, dia de Yemanjá.

DIÁSTOLE E SÍSTOLE, MOVIMENTOS DE UMA EXPERIÊNCIA POÉTICA

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA

Universidade de Lecce, Itália.

Recordar é um ato ético, tem um valor ético em si. Para nossa grande tristeza, a memória é o único laço de ligação com os mortos. Portanto, a convicção de que a recordação seja um ato ético é profundamente radicada em nossa natureza de seres humanos [...] A insensibilidade e o esquecimento parecem caminhar juntos.

(Susan Sontag)

Dizem que o século XX é, por antonomásia, o século do exílio, das grandes migrações de povos, dos movimentos gerados por guerras, genocídios, perseguições étnicas. Tudo isso produziu transformações e acentuou, conseqüentemente, pesquisas ligadas aos mecanismos de assimilação e/ou resistência cultural, monolingüismo e coexistência de línguas diferentes em um mesmo indivíduo e em um mesmo território. Tais estudos interessam à sociologia, à antropologia cultural, à lingüística, à psicologia, à psicanálise. Também no âmbito da literatura, incrementou-se cada vez mais uma comunidade de escritores migrantes, que exprimem, em primeira pessoa, questões ligadas ao desenraizamento, à marginalização, à busca de um novo espaço físico e cultural, à solidão, à nostalgia. Tais escritores e intelectuais são, contudo, também testemunhas de que o diálogo entre povos é possível – não obstante as discrepâncias religiosas, lingüísticas, culturais –, são testemunhas de que o encontro e a convivência levam a um enriquecimento humano. Eles são, com suas peculiaridades, agentes e promotores de paz, porque estão na confluência entre mundos; são pontes que unem fronteiras e margens heterogêneas.

A própria tradução e a autotradução, para esses autores migrantes, tornou-se um instrumento fundamental não só de conhecimento da alteridade e de autoconhecimento, mas de aproximação e intercâmbio, já que a globalização não pode ser entendida como a hegemonia de uma língua sobre as outras, de uma nação sobre a outra. Conhecer-se e conhecer o outro é evitar incompreensões, conflitos e guerras. Conhecer a dor de quem parte e retorna, ou não retorna, é tornar-se mais tolerante, mais aberto às dinâmicas psicológicas envolvidas na experiência da migração e da conseqüente necessidade de tradução. É justamente com o intuito de refletir sobre essas questões que tentarei reelaborar aqui, brevemente, a minha experiência de escritora “migrante”, nascida e crescida no Brasil,